



TOMADA DE POSIÇÃO

Pela alteração do Plano Nacional de Investimentos 2030 ao serviço do concelho e do País

Portugal precisa de investimento, sobretudo de investimento público, capaz de responder às necessidades de desenvolvimento do aparelho produtivo, de mobilidade de pessoas e mercadorias, de aproveitamento dos recursos e potencialidades nacionais, de coesão territorial e proteção do meio ambiente, combatendo dependências, desigualdades e injustiças.

No momento atual as necessidades do País são imensas. Transportes, energia, água, comunicações, saúde, educação, investigação, habitação, cultura, floresta, indústria, agricultura, pescas, mar, entre tantas outras áreas, reclamam uma ampla mobilização de recursos públicos para reparar e conservar o existente, responder a necessidades há muito identificadas e lançar bases para o futuro.

Ao longo de dezenas de anos, os sucessivos governos convergiram num rumo de desvalorização desta componente decisiva do desenvolvimento nacional, com consequências desastrosas no tecido económico e social do País, contribuindo para um território cada vez mais desigual, um aparelho produtivo fragilizado, uma economia que nas últimas duas décadas regista um crescimento médio anual em relação ao PIB inferior a 1%.

Portugal precisa não apenas de um modelo de investimento que reponha o desgaste e degradação das infraestruturas existentes, mas também que alavanque a economia nacional, o emprego, os salários e a criação de riqueza para o País. Um modelo que responda às necessidades nacionais, apoiado num forte sector empresarial público, com uma administração pública eficiente.

O chamado Plano Nacional de Investimentos até 2030 que foi apresentado pelo Governo tem como objetivo ser o instrumento de planeamento do próximo ciclo de investimentos estratégicos e estruturantes de âmbito nacional, para fazer face às necessidades e desafios da próxima década e décadas vindouras.

Apesar do âmbito do PNI2030 ser multissetorial, ele não inclui setores e infraestruturas estratégicas em áreas como a Educação e a Saúde, incidindo somente sobre os setores da mobilidade e transportes, do ambiente, energia e do regadio, onde fica claro o seguinte:

- Não apresenta avaliação crítica dos anteriores instrumentos de planeamento, programação e concretização de investimento público, com destaque para o Plano Estratégico de Transportes (PET), Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas 3+ (PETI 3+) e o Portugal 2020, onde figuravam aliás muitos dos investimentos que são agora novamente anunciados;
- O carácter insuficiente e limitado dos níveis globais de investimento público previstos para tão largo período - cerca de 21 mil milhões de euros – e que tem como consequência o adiamento de um elevado número de investimentos para lá de 2030.



MUNICÍPIO DO SEIXAL
CÂMARA MUNICIPAL

Alameda dos Bombeiros Voluntários 45, 2844-001 Seixal
Tel. 351 21 227 67 00 - Fax 351 21 227 67 01
NIPC 506 173 968

- Não engloba áreas vitais para o desenvolvimento e coesão social, como sejam as áreas da Educação, Saúde e Cultura;
- Não considera intervenções que reponham o desgaste e a degradação das infraestruturas existentes;
- Deveria apostar mais no transporte público e na aquisição de material circulante;
- Deveria fomentar o sector logístico que conduzisse ao reforço do transporte de mercadorias por ferrovia e no transporte marítimo e fluvial;
- Deveria valorizar o investimento harmonioso do aparelho produtivo nacional e planificar o investimento nas infraestruturas de forma integral;
- Deveria articular o investimento com as empresas públicas do Setor Empresarial do Estado e não apostar em mais PPP (parcerias público privadas);
- Adia projetos fundamentais para a região de Setúbal como seja a TTT (Terceira Travessia do Tejo: rodo-ferroviária);
- Opta pela construção do Aeroporto no Montijo, em vez da opção já decidida em 2010 do Aeroporto no Campo de Tiro de Alcochete, ou outras opções a considerar no âmbito de novos estudos;
- Não considera a Plataforma Logística do Poceirão;
- Não especifica a expansão do MST (Metro Sul do Tejo) para o Barreiro e os estudos para a ligação à Moita e Alcochete e à Costa da Caparica;
- Não clarifica a existência ou não de investimentos para a renovação e reabilitação das redes de Abastecimento de Água e do Sistema de Águas Residuais.

Não se recusa, nem se nega a importância de muitos dos investimentos constantes no PNI2030. Muitos deles correspondem a velhas reivindicações das populações, das autarquias locais, do tecido produtivo nacional, obras cuja concretização em muitos casos só pecará por ser tardia. Mas um Plano Nacional de Investimentos deve ser muito mais do que uma lista de infraestruturas. Deve ser uma oportunidade para projetar o País que se quer ter na primeira metade do século XXI. Deve ser um momento para potenciar e alargar o potencial que este tipo de investimentos contém para o desenvolvimento do aparelho produtivo nacional, para libertar o País da dependência e subordinação aos interesses dos grupos monopolistas, para a alteração do paradigma prevaente do transporte individual, para promover a coesão do território nacional e inverter a tendência de concentração da população no litoral e áreas metropolitanas e de desertificação do interior, para responder a problemas de fundo que se arrastam e agravam há anos no plano ambiental, para assegurar a soberania energética que o País pode vir a alcançar, para densificar a capacidade de projeto, engenharia, investigação e construção necessária a um Portugal com futuro. O PNI 2030 apresentado pelo Governo é por tudo isto uma oportunidade perdida que pode e deve ser corrigida a tempo.

Face ao exposto, a Câmara Municipal do Seixal, reunida a 5 de Junho de 2019, resolve recomendar ao Governo a adoção das seguintes medidas:



MUNICÍPIO DO SEIXAL
CÂMARA MUNICIPAL

Alameda dos Bombeiros Voluntários 45, 2844-001 Seixal
Tel. 351 21 227 67 00 - Fax 351 21 227 67 01
NIPC 506 173 968

1. A realização de um balanço rigoroso e detalhado dos investimentos projetados no PET, PETI 3+ e no Ferrovia 2020, com uma explicação fundamentada dos atrasos e das ilações a retirar;
2. A redefinição do PNI 2030, designadamente com uma articulação com o aparelho produtivo nacional; do aumento da eficiência energética e proteção do meio ambiente; o resgate de concessões existentes e a recuperação do controlo público de empresas estratégicas; o alargamento da rede ferroviária nacional, bem como a concretização de um Plano Nacional para o Material Circulante nos termos aprovados pela Assembleia da República na Resolução n.º 235/2018; a construção de um Novo Aeroporto na zona do Campo de Tiro de Alcochete; a construção da Terceira Travessia sobre o Tejo entre Lisboa e o Barreiro; a ligação da rede de autoestradas a todas as capitais de distrito; a recuperação e modernização da rede de IC, IP, Estradas Nacionais e Municipais em todo o território nacional; o prosseguimento da Estrada Regional 10, com um viaduto inacabado em Corroios, ligando Almada ao Seixal, e depois ao Barreiro e Moita com a construção da Ponte Rodoviária e Ferroviária Seixal-Barreiro; construção da Estrada Regional 377; construção da Estrada Regional 377-2 que ligue as praias da Costa da Caparica à Amora; requalificação da Estrada Nacional 378 na área de Fernão Ferro, e a construção de alternativa a esta Estrada Nacional; um ambicioso programa de melhoria da eficiência energética em edifícios públicos e das PME; um programa de intervenção em toda a orla costeira, nos leitos e foz dos mais importantes rios nacionais e internacionais;
3. A promoção de uma política que dê prioridade ao transporte coletivo e público, valorizando-o sobre o transporte individual e privado (ainda que em modo elétrico), através de incentivos adequados, da promoção da fiabilidade e segurança da operação, reforçando o carácter intermodal e a articulação metropolitana;
4. A aposta na prioridade do modo ferroviário, designadamente da modernização e eletrificação da ferrovia; o incentivo do transporte de mercadorias por ferrovia; o relançamento do transporte marítimo e fluvial de mercadorias e incremento do fluvial de passageiros; a reativação da marinha mercante;
5. A reconstrução de um forte sector público, universal e de qualidade, como condição para o desenvolvimento e a soberania do País, com a recuperação do controlo público do sector e respetivas infraestruturas, assegurando o seu papel estratégico no País – fiabilidade e segurança dos serviços, investigação e desenvolvimento tecnológicos nas várias plataformas, coesão territorial, dinamização da atividade económica em particular nos sectores produtivos – e o conjunto de investimentos de carácter funcional e tecnológico necessários, associados a uma estratégia de desenvolvimento do País.

Seixal, 5 de junho de 2019

Joaquim Cesário Cardador dos Santos



MUNICÍPIO DO SEIXAL
CÂMARA MUNICIPAL

Alameda dos Bombeiros Voluntários 45, 2844-001 Seixal
Tel. 351 21 227 67 00 - Fax 351 21 227 67 01
NIPC 506 173 968

Presidente da Câmara Municipal do Seixal